

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA^a VARA
DO FORO**

..... (nome completo de um cônjuge), e
..... (nome completo do outro cônjuge),
.....(nacionalidade de ambos), casados, ele residente e domiciliado à
..... (endereço completo: rua [av.]....., nº , complemento, bairro, cidade
....., CEP , UF.....),(profissão), portador da cédula de identidade
RG nº, inscrito no CPF/MF sob nº; ela residente e
domiciliada à (endereço completo: rua [av.], nº, complemento,
bairro, cidade, CEP, UF,(profissão), portadora da cédula da
identidade RG nº e inscrita no CPF/MF sob nº, MARIDO E
MULHER, vêm requerer a Vossa Excelência, com a assistência de seu Advogado e
bastante procurador constituído na forma do incluso instrumento de mandato (doc.
01) e que com eles ao final subscreve, nos termos do artigo 40, combinado com o
artigo 4º da Lei nº 6.515/77 e ainda com o artigo 226, § 6º da Constituição Federal,
manifestar o mútuo e livre consentimento para propor o

DIVÓRCIO CONSENSUAL

do vínculo matrimonial, de acordo com o procedimento previsto nos artigos 1.120 a
1.124 do Código de Processo Civil, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DAS NÚPCIAS

I –

Os Requerentes contraíram núpcias no (dia, mês e ano), em (cidade, estado, UF), com a certidão de casamento expedida pelo Senhor – Prefeito de Tottori, Tottori-Ken, Japão, (docs. 02/03) cuja certidão foi transcrita no (dia, mês e ano) , sob o nº, fls., do livro nº de Escritura de Títulos e Documentos do Distrito Consular do Japão, conforme faz prova a inclusa certidão de casamento e tendo sido adotado o regime da comunhão universal de bens.

Insta salientar que a referida Certidão de Casamento passou a produzir efeitos no Brasil a partir de (dia, mês e ano), quando devidamente trasladada no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais de (município, Estado), sob o nº no livro, às fls., datada de (dia, mês e ano), conforme documento em anexo.(doc. 04).

II –

Os Requerentes são casados há mais de (.....) anos, no entanto, sem terem filhos em comum.

III –

O casal permaneceu no Japão por cerca de quase (.....) anos e, por volta do ano de, retornaram ao Brasil, onde passaram a conviver e residir no bairro, até com certa harmonia, sendo que isso durou até por volta do final do ano de e começo do ano de

Após essa data, em virtude de manifesta incompatibilidade de gênios, resolveram separar-se de maneira amistosa, faticamente, o que permanece até a presente data, havendo impossibilidade de reconciliação.

DOS BENS

Não há bens a serem partilhados, pois, na constância do casamento, os cônjuges adquiriram apenas bens que guarneciam a casa, os quais ficaram para a cônjuge varoa quando da saída do cônjuge varão do lar.

DA PENSÃO ALIMENTÍCIA

Tanto o cônjuge varão quanto a cônjuge varoa são capazes física e mentalmente de obterem seus próprios sustentos, motivo pelo qual renunciam ao pleito de receber qualquer pensão alimentícia.

DO USO DO NOME

A cônjuge varoa permanecerá usando o nome de solteira, qual seja: averbado perante o competente Registro Civil, mediante expedição desse MM Juízo do respectivo mandado de averbação.

Por estarem assim, concordes, conscientes e seguros do pedido manifestado, e cumpridas as exigências legais previstas no artigo 1.120 do Código de Processo Civil, e como se trata de **DIVÓRCIO** baseado em separação de fato, há mais de 2 anos, os cônjuges requerem, respeitosamente, digno-se Vossa Excelência a, depois de ratificadas as presentes declarações e ouvido o douto representante do Ministério Público, conceder por Sentença o **DIVÓRCIO do casal, HOMOLOGANDO O PRESENTE DIVÓRCIO CONSENSUAL**, para que produza todos os efeitos de direito.

REQUERIMENTOS FINAIS:

Requerem provar a ruptura da vida em comum há mais de 2 (dois) anos, valendo-se o casal da prova exclusivamente testemunhal, sendo certo

que as testemunhas comparecerão perante esse Juízo independentemente de intimação.

Por fim, requerem seja a presente julgada **PROCEDENTE**, decretando-se o **DIVÓRCIO** nos exatos termos da exordial, expedindo-se o competente mandado de averbação ao registro civil de pessoas naturais.

À presente atribui-se o valor de R\$ (valor por extenso) para efeitos de alçada.

Nestes termos,
Pedem Deferimento.

....., de de
(local e data)

Cônjuge Virago

Cônjuge Varoa

Advogado (nome)
OAB/ nº